MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

FEMINISMO DECOLONIAL E TEORIA *QUEER*: LIMITES E POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA MACHADO DIAS
Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Especialização em andamento em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

ÉLTON DE MELLO ARCÂNGELO
Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO: As Relações Internacionais (RIs) se organizam enquanto disciplina pautada na dominância de concepções modernas de ciência, as quais acabam por limitar sua capacidade interpretativa. Este artigo tem o objetivo de estabelecer um diálogo entre o Feminismo Decolonial e a Teoria *Queer* no esforço coletivo de questionar os limites e possibilidades interpretativos das Relações Internacionais e dos feminismos. Defende-se que as teorias analisadas ampliam o entendimento das RIs, incorporando novas possibilidades epistemológicas, ontológicas e metodológicas que possibilitam a inserção dos temas das mulheres na área. Para isso, abordaremos na primeira seção como as RIs disciplinadoras se constroem e a forma que elas deslegitimam os conhecimentos que não partem das concepções da ciência moderna. Posteriormente, o Feminismo Decolonial será tratado com vistas a evidenciar o sistema moderno/colonial de gênero na construção da opressão de gênero na América Latina bem como no conhecimento moderno. Por fim, a última seção apresenta a Teoria *Queer* como uma opção de diálogo para com o Feminismo Decolonial, com o intuito de ampliar o debate feminista nas RIs em direção às questões de diversidade sexual, assim como de tensionar as estruturas hegemônicas da produção científica do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais Disciplinadoras; Feminismo Decolonial; Teoria Queer.

DECOLONIAL FEMINISM AND *QUEER* THEORY: LIMITS AND POSSIBILITIES OF DIALOG IN INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: International Relations (IRs) are organized as a discipline based on the dominance of modern concepts of science, which end up limiting its interpretative capacity. This article aims to establish a dialogue between Decolonial Feminism and Queer Theory in a collective effort of questioning the interpretative limits and possibilities of International Relations and the feminisms. It is argued that these theories amplify the understanding of IRs, incorporating new epistemological, ontological and methodological possibilities that allow an insertion of women issues in the area. To this end, we will discuss in the first section, how disciplinary IRs are constructed and how they delegitimize knowledge that does not depart from the conceptions of modern science. Subsequently, Decolonial Feminism was dealt with in order to evidence the modern/colonial system of gender in the construction of gender oppression in Latin America as well as in modern knowledge. Finally, a final section presents the Queer Theory as an option for dialogue with Decolonial Feminism, in order to broaden the feminist debate in the IRs towards issues of sexual diversity, as well as tension the hegemonic structures of the scientific production from the field.

KEYWORDS: Disciplinary International Relations; Decolonial feminism; Queer theory

INTRODUÇÃO

O campo das Relações Internacionais (RIs) passou, nas últimas duas décadas, por um fenômeno de diversificação teórica, trazendo diferentes concepções filosóficas, epistemológicas, ontológicas, metodológicas e políticas. Contudo, a disciplina é difícil de ser permeada por discussões que extrapolem as perspectivas racionalistas tradicionais de estudo (neorrealismo e neoinstitucionalismo), as quais possuem lugar privilegiado na produção e difusão científica, sendo denominadas de RIs disciplinadoras por estabelecerem regras rígidas sobre o que deve ser considerado ciência no campo (SMITH, 2000).

As diferentes vertentes feministas das RIs são exemplos de teorias que não cumprem com o molde científico tradicional e, por isso, têm suas vozes silenciadas nas discussões da área. Tais teorias representam a indisciplina, ideia trazida por Catherine Walsh *et al* (2002) quanto ao processo de questionamento das normas científicas vigentes e de proposição de novas interpretações sobre a formas de se fazer ciência.

Este artigo apresenta, enquanto escopo a relação entre os feminismos para com a produção (disciplinada) de conhecimento nas RIs. Utiliza-se o conceito de feminismos, no plural, pois se entende que diversas versões analíticas do feminismo tomam corpo na academia e que, apesar de origens comuns, várias delas divergem entre si em diferentes aspectos. Para além da teoria, parte-se também da ideia de feminismos porque se entende a existência de diferentes/várias identidades de mulheres, construídas por suas particularidades de raça, classe, sexualidade, dentre outras. Mulheres que precisam de seu próprio lugar de reflexão dentro do feminismo (agora enquanto guarda-chuva de todas as lutas das mulheres pelo fim das opressões de gênero).

Os critérios para selecionar as vertentes que dialogam neste trabalho partiram primeiramente da ideia de indisciplina. Tanto a indisciplina em relação às RIs disciplinadoras, quanto em relação a visão única de mulher. Além disso, privilegiou-se vertentes que produzissem teorizações sobre mulheres que interseccionam a opressão de gênero a outras, como de raça, orientação sexual, classe, transsexualidade, dentre outras, adquirindo vivências e demandas específicas.

Escolheu-se o Feminismo Decolonial e a Teoria *Queer* por ambas possuírem

projetos de indisciplinarização das RIs – em diversos pontos convergentes –, e compartilharem da ideia de diversidade do conceito mulher, reunindo tanto a figura das mulheres latino-americanas, em específico pela corrente decolonial, quanto das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, em particular pela Teoria *Queer*, conseguindo uma abrangência significante de identidades interseccionadas.

Ao considerarmos o lugar de enunciação dessa pesquisa, a América Latina, obtém-se também justificativas políticas para a escolha das teorias em questão. Primeiramente, a mulher latino-americana merece lugar central na análise dos feminismos que partem da região, pois ainda vivem as estruturas específicas de dominação promovidas pela colonização e cabe à ciência latino-americana o poder de falar por si. Posteriormente, pensando em todas as mulheres latino-americanas, depara-se com o fato de que a América Latina é hoje a região que mais mata mulheres transexuais no mundo, de acordo com a instituição *Trangender Europe* (2014), por exemplo, entre janeiro de 2008 e setembro de 2014, registraram-se 1612 assassinatos de pessoas transexuais no mundo, dos quais 1267 (78,59%) ocorreram nos Estados da América Latina e do Caribe. Tal violência, herdada do modelo colonial de controle dos gêneros, das sexualidades e dos corpos, torna a inclusão das mulheres não heterossexuais e transexuais, na sociedade, na política e na academia ainda mais importantes.

A partir disso, o objetivo central deste artigo é o de discorrer sobre as possibilidades e limites que um diálogo entre Feminismo Decolonial e Teoria Queer pode trazer para se indisciplinar e repensar as Relações Internacionais. Tem-se como intuito, portanto, propor aproximações entre as teorias a fim de que possam, de forma complementar, ampliar as lentes das RIs, tensionando as estruturas disciplinadoras do campo e diferentes intersecções de mulheres. Nossa hipótese é de que tais teorias apresentam diferentes, mas em certo nível complementares, formas de se questionar a organização do sistema político-econômico-científico moderno e que, apesar das limitações, ambas oferecem a possibilidade de uma visão mais ampla das RIs, além de trazer para o debate identidades ainda periféricas.

Para seguir com o proposto, utilizaremos de uma revisão bibliográfica, cuja síntese analítica divide-se em quatro seções para além desta introdução. Na primeira, será debatido o processo de construção histórica da academia de Relações Internacionais, anunciando como as teorias hoje consideradas tradicionais

transformaram-se em disciplinadoras, localizando as teorias por nós abordadas no contexto geral da disciplina. Na segunda seção, discorrer-se-á a respeito do Feminismo Decolonial, passando-se inicialmente pela corrente decolonial em si, seguindo para uma análise das relações de colonialidade/modernidade e gênero e suas implicações para a ciência e para as RIs. Já na terceira seção, será apresentada a Teoria Queer e suas características enquanto proposta teórica. Por fim, na quarta seção, estabelecem-se as possibilidades que o diálogo entre Feminismo Decolonial e Teoria Queer podem trazer para o processo indisciplinarizador das RIs, apontando também importantes limites nessa proposta de interação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Uma Disciplina Disciplinadora?

Para iniciar o esforço de refletir sobre as possibilidades de contribuição dos feminismos – em especial para esse trabalho do Feminismo Decolonial e da proposta trazida pela Teoria *Queer* – nas Relações Internacionais, faz-se necessário compreender as estruturas científicas das quais a disciplina faz parte, pois essas são centrais para as discussões aqui propostas. De acordo com Smith (2000), as RIs contemporâneas encontram-se estruturadas sob a dominância dos certos preceitos da ciência moderna (positivismo), das teorias que promovem tais pressupostos (neorealismo, neoliberalismo e vertentes do construtivismo) e do Estado que, durante a história do último século, dedicou-se a desenvolver as Relações Internacionais sob os moldes de conhecimento em questão: os Estados Unidos da América (EUA). A despeito da existência de uma rica variedade de abordagens, a disciplina não tem mudado os termos do debate construídos e consolidados ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Essa dominância estadunidense e de suas visões de ciência e das RIs – adquirida ao longo da história principalmente pelo interesse estatal em financiar uma disciplina que os auxiliasse em suas questões de segurança, solucionando problemas pontuais de forma racional e objetiva – implica, ainda hoje, em um campo de estudo no qual:

> Ontologicamente, a literatura [tende] a operar no espaço definido pelo racionalismo; epistemologicamente, é empirista e, metodologicamente, é positivista. Juntos eles definem a ciência social 'apropriada' e funcionam

> como porteiros para o que conta como conhecimento legítimo (SMITH, 2000, p.383, tradução nossa).

Desafiar as definições centrais da disciplina de Relações Internacionais, não cumprindo com sua agenda tradicionalmente estadocêntrica e focada em assuntos de segurança e/ou economia, assim como não contribuindo com as suas perspectivas epistemológicas, ontológicas e metodológicas, coloca diversas abordagens teóricas em risco de serem vistas como não sendo parte nem do debate nem da disciplina em questão, tornando-as invisíveis na reflexão da natureza do campo das RIs, como é o caso dos feminismos.

Segundo Smith (2000), a narrativa construída em torno do processo histórico de desenvolvimento da disciplina é, em certa medida, responsável por gerar esse processo de exclusão através de uma realidade em que o realismo e suas diferentes vertentes seriam as propostas mais robustas daquilo que se entende por Relações Internacionais, sendo a única corrente capaz de produzir conhecimento verdadeiro ao campo. Assim, limitam-se às possibilidades de interpretação dos fenômenos políticos e econômicos internacionais, exercendo um papel de disciplinar a disciplina, delimitando os caminhos a serem seguidos e as formas pelas quais eles devem ser encaminhados (SMITH, 2000).

A América Latina é um exemplo da dominância estadunidense no campo das RIs. Tickner, Cepada e Bernal (2013), buscando compreender como essa hegemonia se expressa na região, chegaram à conclusão de que tanto o ensino quanto a pesquisa em Relações Internacionais, apesar de contarem com a presença de uma corrente dissidente, contam com o positivismo e as teorias tradicionais promovidas pelas RIs dos EUA como as principais contribuições em seus desenvolvimentos. Corroborando com essa afirmação, Rafael Villa e Marilia Pimenta (2017), ao pesquisarem a academia de RI em cinco Estados latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) evidenciaram que o positivismo é epistemologicamente predominante, mesmo que se encontre a presença de outras ferramentas teóricas utilizadas pelos pesquisadores dos países em questão.

Acredita-se, entre os profissionais de RI latino-americanos, que as revistas estadunidenses – e seu modelo de ciência – representam as mais importantes fontes de pesquisa da área (TICKNER, CEPADA, BERNAL, 2013). Esse processo implica, por exemplo, no chamado paroquialismo linguístico nas relações internacionais dos

Estados Unidos, que foi determinante para a consolidação nas comunidades latino-americanas de RI da ideia de relevância seletiva de autores, publicações e paradigmas, cuja contrapartida é a atribuição de irrelevância e invisibilidade de produção dos outros lugares do globo (VILLA e PIMENTA, 2017).

Considera-se não existir uma pureza epistemológica na região latino-americana, mas uma miscigenação teórica que não exerce uma ruptura completa com o a visão tradicional dos Estados Unidos, sendo apenas uma adaptação dessa tradição no intuito de compreender a realidade própria latino-americana. Villa e Pimenta (2017) argumentam que nesse processo de ajustamento teórico a experiência dos subalternos[1] no sistema internacional acaba por ser ignorada na narrativa elitista a respeito do sistema, a qual é popularizada pelos neorrealistas e neoinstitucionalistas.

Ramón Grosfoguel (2016), ao discutir as universidades ocidentalizadas, argumenta que há um privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por eles em relação a sujeitos inseridos em outras localidades. Por meio deste privilégio define-se "o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais" (ibid, p.25), legitimando o conhecimento por eles produzido, enquanto desqualifica outras visões, especialmente aquelas críticas aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais.

Como indicado até o momento nesta seção, esse processo de domínio científico da academia de RI estadunidense na disciplina e a consequente adaptação epistêmica ocorrida na América Latina encontram suas origens no contexto de desenvolvimento da disciplina e a narrativa construída por seus membros sobre os objetivos a serem perseguidos enquanto campo de estudo.

Oriunda no período entre guerras (1918-1939), as Relações Internacionais deveriam teorizar formas de se compreender e evitar guerras entre os Estados, principalmente nas dimensões da recém-findada 1ª Guerra Mundial. Esse seria o principal e único problema a ser superado pela teoria de política internacional. Smith (2000), afirma que, apesar desse marco temporal, antes mesmo desse período já existiam trabalhos que versavam sobre temas de relevância internacional, como o

[1] O termo subalterno indica aquelas e aqueles aos quais não se dá voz ou cuja voz não se ouve, com pouca representatividade decorrente disso e com silenciamento/inferiorização de suas experiências e conhecimentos. Sobre a temática do subalterno, ver Spivak (1988).

caso das teorias imperialistas, porém, buscando suprir a necessidade de se afirmar enquanto uma área acadêmica independente de outras como ciência política, economia e história, os estudiosos teceram um mito fundador para disciplina.

De acordo com a narrativa difundida, acredita-se que os anos iniciais da academia foram marcados por um debate – o chamado primeiro debate[2] – entre duas correntes teóricas opostas: idealistas e realistas (WAEVER, 1996). Coloca-se que os idealistas, na busca por soluções para a manutenção da paz no ambiente internacional, apresentavam teorias de caráter extremamente utópicas e que não propunham soluções e análises condizentes com a realidade. O realismo surgiria, então, para substituir tais abordagens a fim de sistematizar de forma racional e – como diz o próprio nome da corrente – realista às condições para que as guerras fossem evitadas. Essa narrativa demonstra a ideia de que se uma corrente falha (idealismo) seria substituída por uma melhor, racional e, portanto, de caráter mais científico (realismo), sendo essa última a representação dos caminhos que as RIs deveriam tomar para a sua autonomia enquanto ciência (SMITH, 2000).

O mito fundador, portanto, delimita ontologicamente o que seria considerado um estudo genuíno das RIs. Definem-se os Estados enquanto atores e as suas relações em torno da temática de segurança como os objetos de pesquisa relevantes para o campo. Tudo que extrapole essa demarcação estaria vinculado a outras áreas de conhecimento, mas não estaria inserido no que é o verdadeiro e exclusivo campo de estudo das Relações Internacionais. Assim, o realismo se consolida como principal corrente teórica de RI, determinando as diretrizes originais do estudo no campo e sendo o centro dos debates teóricos subsequentes.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o campo ainda perseguia a intenção de afirmar-se enquanto disciplina autônoma, mas para ter validade científica deveria seguir os preceitos racionalistas e empiristas da ciência moderna positivista. De acordo com Lander (2005), os saberes modernos foram naturalizados enquanto a única opção de verdade ao longo da história. Através de seguidos processos arbitrários de delimitação do saber, definiu-se que o ser humano é capaz de interpretar a natureza (objeto de estudo) através da razão, a qual se distingue da moral e das

[2] A classificação dos diferentes debates presentes nas Teorias de Relações Internacionais utilizada neste artigo é a trazida por Wæver (1996).

artes, pois essas não são objetivas assim como a ciência racional.

A modernidade e a ciência positivista apresentam quatro dimensões básicas que deram as bases para a formação das Ciências Sociais e, consequentemente, para as Relações Internacionais: a) visão histórica universal articulada com a ideia de progresso; b) naturalização das relações sociais e da natureza humana aos moldes da sociedade liberal-capitalista; c) naturalização das separações dicotômicas entre aspectos como objetividade/subjetividade, corpo/mente, feminino/masculino, humanidade/natureza; d) e, a partir do anterior, a consolidação da superioridade do conhecimento produzido por essa sociedade liberal-capitalista em detrimento de outros conhecimentos (LANDER, 2005).

Buscando, portanto, o status de ciência, o campo das RIs moveu o eixo de discussão da disciplina primordialmente para o âmbito metodológico. Conhecido como o segundo debate das RIs, behavioristas e tradicionalistas pretendiam discutir métodos capazes de gerar leis que compreendessem a dinâmica internacional (WÆVER, 1996). Aqui reside um importante momento para o processo de consolidação das RIs disciplinadoras, pois intensificou a naturalização dos pilares da ciência moderna que residem na área até os dias atuais e que marginalizam os destoantes de sua norma científica, como o caso das teorias por nós analisadas nesse artigo, o Feminismo Decolonial e a Teoria *Queer*.

Por que o fenômeno da alienação teórica acontece? De acordo com Weber (2014a) ele pode ser interpretado por meio de três processos que ocorreram dentro do campo: *homologization*[3], *figuration*[4] e *gentrification*[5]. É também através deles que as posições vigentes e tradicionais – denominadas aqui de RIs Disciplinadoras – invisibilizam qualquer outra perspectiva teórica que fuja de seus padrões epistemológicos, ontológicos e metodológicos.

Segundo a autora, Martin Wight (1966) – contribuindo para o segundo debate

[3] *Homologization* aqui corresponde ao processo de se estabelecer uma homologia – uma analogia – comparando as relações de dois ou mais objetos.

[4] *Figuration* é o ato de expressar uma relação por meio de uma figura, ou seja, de uma representação visual, o que no caso aqui representado foi o formato de relação matemática escolhida por Wight (1966).

[5] *Gentrification* é um conceito oriundo do urbanismo que busca elucidar o processo de transformação social e urbana que ocorre quando um bairro originalmente de classe baixa passa a ser ocupado por classe sociais mais altas, resultando num processo de expulsão das populações que antes lá habitavam, assim como no apagamento/apropriação da cultura antes existente.

– afirmou que as teorias de relações internacionais eram, até o momento, incapazes de se organizar sobre dois aspectos: o de explicar a realidade do cenário internacional e o de não possuir um acumulado teórico e empírico em torno de uma epistemologia, ontologia e metodologia cumulativa e racional. Com o intuito de estabelecer quais as características de uma teoria internacional válida, Wight (1966) cria a famosa homologia que em formato matemático define que "Política: Política Internacional = Teoria Política: Interpretação Histórica" (a política está para a teoria política da mesma forma que a política internacional está para a interpretação histórica). Com essa homologia o autor defende que a melhor substituição para as falhas teorias de política internacional é a interpretação histórica.

Por outro lado, Weber (2014a) afirma que, ao estabelecer tal homologia, Wight (1966) corrobora com os padrões positivistas, determinando que uma boa Teoria de Relações Internacionais deve necessariamente realizar os mesmos feitos que a Teoria Política tem sobre as interpretações da Política, ou seja, faz-se necessário uma teoria que abarque todas as variáveis da política internacional e que siga uma ordem cumulativa e racional de pesquisa. É aqui que se desperta a invisibilização das teorias feministas, em especial as vertentes pós-positivistas, pois elas, além de não serem capazes e de não se proporem a explicar o cenário internacional em sua totalidade (definidos em termos positivistas), não possuem uma agenda de pesquisa estática, com epistemologias, ontologias e metodologias fixas.

Segundo a *homologization* realizada por Wight, as teorias não positivistas estariam condenadas ao fracasso. Esse fracasso é reforçado pelo processo de *figuration* causada pela escolha da fórmula matemática apresentada por ele, associada às ciências naturais. Ao se utilizar da matemática, cria-se uma falsa ideia de que o não cumprimento da fórmula é necessariamente um erro, pois transborda a racionalidade representada pela matemática (WEBER, 2014a).

De acordo com Wæver (1996), o behaviorismo não tinha forças para substituir o realismo enquanto perspectiva analítica vigente, mas as teorizações das décadas seguintes absorveriam parte de suas concepções científicas. Tais teorias compuseram o terceiro debate das RIs (1970 e 1980), que em teoria se dava de forma triangular entre neorrealismo, neoinstitucionalismo e a vertente marxista – denominados pelo autor de realistas, pluralistas e globalistas – mas que na prática era realizado primordialmente entre as duas primeiras.

Neorrealistas e neoinstitucionalistas, na década de 1980, iniciaram um debate bilateral, no qual partilhavam da concepção positivista de ciência, pautada em uma agenda de pesquisa racionalista, além de concordarem em relação à premissa da anarquia trazida pelo realismo estrutural e de ambos pesquisarem a respeito da cooperação e se as instituições internacionais importam para o sistema. Conhecido como interparadigmático, o terceiro debate concentrou-se na discussão ontológica, não questionando a epistemologia ou a filosofia da ciência desenvolvida.

O terceiro processo explicado por Weber (2014a), o de *gentrification*, inicia-se no terceiro debate, mas fortalece-se no quarto debate - o qual será apresentado ainda nessa seção – e finaliza qualquer possibilidade de inserção no campo por parte das teorias que não correspondem o padrão de produção científica vigente. A autora explica que chegado o fim da Guerra Fria, o potencial analítico das teorias tradicionais tornaram-se baixos devido às falhas de interpretação a respeito da nova (des)ordem que surgia, enquanto as teorias consideradas críticas garantiram para si um grande potencial interpretativo.

Temendo perder espaço, as Relações Internacionais disciplinadoras iniciaram um debate com as demais. No entanto, o (não) diálogo girou em torno da desqualificação das teorias críticas por parte das teorias tradicionais, ou seja, "expulsou-se" as teorias do que seria o debate oficial do campo, tornando-as ilegítimas. As teorias remanescentes, pouco a pouco foram forçadas a se adaptar aos moldes tradicionais para que pudessem ser ouvidas, processo conceituado pela autora como *gentrification* (WEBER, 2014a).

Como dito anteriormente, esse processo de falsa abertura de diálogo está inserido no que Wæver (1996) propõe ser o quarto debate das RIs, entre racionalistas (neorrealismo e neoinstitucionalismo) e reflexivistas (vertentes influenciadas pelo pós-modernismo francês, pela hermenêutica alemã, pelos construtivistas sociais, dentre outras). Esse debate centrou-se primordialmente em questões filosóficas, em que as teorias agrupadas no termo reflexivistas desafiavam pressupostos básicos relacionados à objetividade/subjetividade, à distinção objeto/sujeito, ao uso de dicotomias, ao domínio da metafísica ocidental sobre formas distintas de pensamento e sobre concepções de linguagem referenciais e relacionais, dentre outras.

Os reflexivistas, em especial os pós-positivistas, buscavam questionar também as concepções epistemológicas mantidas pelos racionalistas. Iniciou-se, então, o

desenvolvimento de diferentes perspectivas cujo intuito era de desnaturalizar os conceitos consolidados pela ciência moderna que seguem arraigados na disciplina como resultado do processo de disciplinarização da disciplina. Eles não aceitam a ideia positivista de uma teoria neutra, racional, universal, a-histórica e dicotômica (segundo a qual a veracidade analítica de um pólo teórico torna automaticamente o polo teórico oposto em falso).

Dessa forma, propõem um diálogo não-binário em que a força analítica de uma vertente não anule a de outra, mas que, pelo contrário, forças analíticas promovam um debate complementar, superando as limitações ontológicas do estado-centrismo e metodológicas do empirismo enquanto possibilidade única (PETERSON, 1992). Cada vertente analítica gera conceitos próprios e questões básicas a si, sendo incomensuráveis por construírem seus critérios de julgamento e sua própria "linguagem". Nesse sentido, as teorias não modificam umas às outras, mas cada uma tem suas áreas de estudo, com lógicas internas que possibilitam *links* para a capacidade de manutenção mútua nas TRIs (WÆVER, 1996)

Para Wæver (1996), tal debate levanta questões filosóficas que não se reduzem às postas pelo terceiro debate (inter-paradigmático), pois o pós-positivismo utiliza do relativismo epistemológico e do pluralismo metodológico enquanto críticos. Isso significa refletir em suas análises sobre estruturas de poder e autoridade vigentes, empoderar populações e perspectivas marginalizadas, promover pensamento crítico acerca dos discursos dominantes e uma base para a criação de conceitos alternativos. Apresenta uma natureza profundamente filosófica ao abordar a relação entre realidade e utopia, sobre intervenções ativistas e a busca por conhecimento, sobre a relação entre linguagem, política e práxis.

Nesse sentido, o desafio proposto pelos pós-estruturalistas gera impactos no método, nas percepções sobre o que consistem as relações internacionais e especialmente na percepção sobre aspectos básicos do mundo, como linguagem, sociedade, política e indivíduos (WÆVER, 1996). Estes impactos, assim como a natureza filosófica proposta no debate, inevitavelmente contribuem para a "indisciplinarização da disciplina", entendida aqui como a ruptura do que foi naturalizado enquanto ciência para a área.

Wæver (1996) dialoga com o abordado por Boaventura de Sousa Santos (2007) que, partindo da ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo,

argumenta sobre uma epistemologia geral da impossibilidade de uma epistemologia geral. Isso é um contraponto à ciência como única forma de conhecimento válida e com rigor, que em última instância resulta no fato de o reconhecimento da diversidade cultural do mundo não implicar no reconhecimento da diversidade epistemológica deste. Santos (2007), propõe a existência de uma ecologia de saberes, que visa fornecer consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo além de credibilidade para os conhecimentos não-científicos. Isso não significa o descrédito do conhecimento científico, mas seu uso contra-hegemônico explorando a pluralidade interna da ciência, que segundo o autor tem sido visibilizados por epistemologias feministas e pós-coloniais (SANTOS, 2007).

Entendendo que "todos os conhecimentos são testemunhais porque aquilo que conhecem sobre o real (sua dimensão ativa) é sempre duplicado por aquilo que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (sua dimensão subjetiva)" (*ibid*, p.19), propõe nessa ecologia de saberes a expansão do caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a incluir as relações entre o conhecimento científico e o não-científico. Assume, ainda, a incompletude - de diferentes maneiras - de todas as formas de conhecimento, tendo em vista que nenhuma delas é capaz de responder por todos os aspectos no mundo (SANTOS, 2007).

O pós-positivismo de forma geral e também o feminismo[6] aparecem para propor mudanças tanto nas perguntas quanto no formato em que as respostas podem ser dadas na ciência, o que requer transformações em como se entende a realidade nas Relações Internacionais. Nesse sentido, Peterson (1992) aponta que o diálogo entre as proposições pós-positivistas não acontece com as teorias disciplinadoras por uma insuficiência comunicativa em termos de tradução de signos próprios, a qual ocorre em muito devido à falta de debates epistemológicos mais amplos por parte das vertentes tradicionais, que se apresentam bastante resistentes a críticas.

Essa ausência de familiaridade com debates epistemológicos mais abrangentes tende a promover a percepção dos argumentos pós-positivistas como incoerentes ou irrelevantes, podendo gerar descrença por ser o desafio ininteligível e

[6] O feminismo surge na disciplina inserido na virada ontológica e epistemológica promovida pelo pós-estruturalismo, em fins da década de 1970 e começo da década de 1980, com difusão ao longo dos anos 90. Para mais sobre feminismo e Relações Internacionais, ver: Enloe (1989); Tickner (1997); Sylvester (1994).

exagerado, desdém por ser irrelevante ao "real" trabalho de RI e/ou desconfiança por ser muito perigoso transcender terrenos empíricos e avaliativos (PETERSON, 1992). A atribuição de irrelevância para a ampla gama de temáticas de construção política, econômica e social de diversos grupos sociais em seus processos cotidianos e suas próprias narrativas não nos permite visualizar processos de resistências como o das mulheres, dos e das divergentes das normas de sexualidade, dos povos periféricos do globo, dentre outros.

Observando o cenário apontado, as perspectivas do Feminismo Decolonial e da Teoria *Queer* por nós apresentadas tem como partida a indisciplina nas RIs pois buscam a abertura do campo à pluralidade teórica através do fim do processo disciplinarizador da área. Ambas propõem novos atores, novos objetos, diferentes métodos e filosofias, em prol de uma ciência mais inclusiva, não somente em relação ao debate teórico, mas também a respeito dos sujeitos trazidos para o debate. O Feminismo Decolonial, destacando o local das mulheres por um referencial latino-americano, e a Teoria *Queer,* englobando as populações destoantes das normas de orientação sexual e de identidade de gênero, buscam tensionar a agenda dominante, ao inserir no debate identidades nunca antes consideradas parte da análise de política internacional.

FEMINISMO DECOLONIAL: O Sistema Moderno/Colonial de Gênero e Outras Colonialidades na América Latina

No final dos anos 1990, intelectuais latino-americanos de diferentes universidades das Américas organizam o Grupo Modernidade/Colonialidade com objetivo de radicalização do argumento pós-colonial na região através da noção de "giro decolonial". A radicalização se dá devido à defesa da "opção decolonial", que é epistêmica, teórica e política, de modo a compreender e agir num mundo em que a colonialidade global afeta diferentes níveis, tanto da vida pessoal quanto na coletiva. O grupo foi fundamental para renovação de esforços críticos e até mesmo utópicos para as Ciências Sociais na América Latina no século XXI (BALLESTRIN, 2013).

Essa opção decolonial é também uma denúncia ao "imperialismo" dos estudos pós-coloniais, culturais e subalternos e ao uso de autores eurocêntricos, conforme abordado por Mignolo (1998), os quais não trazem para o debate a história de

dominação e resistência da América Latina. Esse fator é o que diferencia a teoria decolonial do pós-colonialismo, dando centralidade à região, bem como criando novos conceitos que visibilizam os processos regionais próprios não propostos pelo pós-colonialismo.

Através do conceito de colonialidade, evidenciam algo não abordado anteriormente, a "continuidade de formas coloniais de dominação a despeito do fim da colonização, formas essas que foram produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (GROSFOGUEL, 2008, p.126). A modernidade está profundamente associada à experiência colonial, de tal modo que não existe modernidade sem colonialidade, da mesma forma que sem as Américas não existiria uma economia-mundo capitalista (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992; QUIJANO, 2000).

Ao debater a colonialidade, Quijano (2000) desenvolve o conceito da colonialidade do poder, na qual a organização/classificação das pessoas em torno da "raça" divide e hierarquiza-as em "modernos" em detrimento dos "tradicionais", se estabelecendo como padrão mundial de poder e forma de dominação social, material e intersubjetiva. Para o autor, a colonialidade do poder e a imposição da ideia e classificação social de raça surgiram com a colonização da América pela Europa e o capitalismo.

A ideia de raça serviu também para designar o trabalho assalariado como um privilégio dos homens brancos europeus, impedindo que a maioria dos homens brancos pobres caíssem na escravização ao mesmo tempo em que os liberou do trabalho doméstico. De acordo com Mendoza (2014), para que a generalização do trabalho assalariado fosse possível, além da escravização dos povos africanos e da servidão dos povos indígenas foi necessária a domesticação das mulheres na metrópole e a posterior submissão das mulheres nas colônias a um regime de gênero. Na Europa isso se deu de forma sistemática através da caça às bruxas desde o século XVI, pela Inquisição católica e por protestantes, resultando em perda do controle das mulheres brancas sobre seus corpos e na necessidade de lutarem pelo acesso ao trabalho assalariado e cidadania em condições mesmas que os homens ainda hoje. Assim, elas não se beneficiaram da colonialidade do poder tanto quanto os homens europeus (MENDOZA, 2014).

Posteriormente promoveu-se ainda a separação das mulheres da esfera

produtiva, no processo de acumulação primitiva, ao mesmo tempo em que as converteu em donas de casa ou trabalhadoras superexploradas. Nas colônias, utilizou-se como instrumentos de guerra, conquista e consolidação colonial violações massivas de mulheres indígenas, assim como a retirada de seu status social e político, escravização, servidão e intensidade letal do trabalho (MENDOZA, 2014).

A partir da colonialidade de poder, Lugones (2008) problematiza a existência de um lado oculto/obscuro e um lado visível/claro devido à relação de co-construção entre a colonialidade do poder e o sistema de gênero colonial/moderno. O lado visível consolida o gênero e as relações de gênero, organizando as vidas de homens e mulheres brancos e burguesas ao mesmo tempo em que cria um sentido moderno/colonial de "homem" e "mulher". Isso constrói as mulheres burguesas brancas como puras e passivas sexualmente, devido à sua função materna de reprodutoras da classe e da posição racial e colonial dos homens burgueses brancos.

Tais mulheres são socialmente construídas como corpos e mentes débeis, essenciais para justificar sua exclusão da esfera da autoridade coletiva, da produção do conhecimento e de praticamente toda possibilidade de controle sobre os meios de produção – ou seja, da maioria dos domínios da vida fora da esfera privada/doméstica. Enquanto as mulheres brancas são objetos para garantir a reprodução da classe e da posição racial e colonial, as mulheres de cor são hiperssexualizadas, donas de apetite sexual excessivo e amas de leite dos filhos e filhas da Casa Grande. Esta imagem foi utilizada, de acordo com Collins (2000 *apud* LUGONES, 2008, p.96, tradução nossa), "com a exploração econômica inerente à instituição escravocrata", de modo que o avanço do(s) projeto(s) colonial(is) da Europa significou a consolidação deste sistema de gênero.

Como afirma Lugones (2008, p.92, tradução nossa), "O capitalismo global eurocentrado é heterossexual", que além de "[converter] a gente 'não branca' em animais e as mulheres brancas em reprodutoras da Raça (branca) e da Classe (burguesa)" (*ibid*), é excludente ainda para com outras sexualidades. Em consequência, isso torna o sistema de gênero também heterossexual, uma vez que depende do papel reprodutivo das mulheres e do uso político e econômico que se faz deste fato biológico para a corroboração desse sistema de poder.

Nesse sentido, o debate da interseccionalidade foi fundamental para evidenciar que as mulheres têm vivências diferentes a partir de onde se situam, de acordo

também com sua raça, etnia e classe social, assim como para incluir essas mulheres em um debate em que não as cabia. Lugones (2008) argumenta que a intersecção[7] mostra o que é ocultado pelas categorias gênero e raça quando conceitualizadas separadamente. As mulheres de cor[8] foram por muito tempo silenciadas dentro do feminismo hegemônico (e é importante notar que ainda hoje são, mesmo que de modos diferentes), o qual se propunha a ser um espaço de luta da mulher sem reconhecer a pluralidade que a identidade mulher implica. Assim, a autora introduz o neologismo "categorial" para afirmar a relação entre categorias, em que "separação categorial" significa a separação de categorias que são, na verdade, inseparáveis:

> Na intersecção entre "mulher" e "negro" há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, exatamente porque nem "mulher" nem "negro" a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, nos deixa a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção para, desse modo, evitar a separabilidade das categorias dadas e do pensamento categorial (LUGONES, 2008, p.82, tradução nossa).

Ainda sobre as categorias, Lugones (2014, p.942) argumenta que "(...) a lógica categorial moderna [as] constrói em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e construídos dicotomicamente", havendo uma relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas, cujo funcionamento se realiza através da caracterização de "cada categoria homogênea, separável, atomizada (...) em referência ao membro superior da dicotomia" (idem).

Portando, a interseccionalidade é fundamental para que as mulheres de cor e as violências específicas sofridas por estas sejam vistas. O texto de Lugones é um esforço em denunciar essa cegueira epistemológica que tem na separação categorial uma de suas origens e que resultou em uma "exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não-brancas das lutas libertadoras levadas a cabo em nome da Mulher" (p.77, tradução nossa). É o entendimento, portanto, de que a opressão sofrida pelas mulheres de cor não é somente de gênero, como também de raça e, não raro, de classe (LUGONES, 2008).

[7] Sobre interseccionalidade, ver Crenshaw (1995), Espíritu (1997), Collins (2000) e Lugones (2003).

[8] Sobre o uso deste termo, Lugones (2008, p. 7, tradução nossa) afirma: "'Mulher de Cor' não aponta a uma identidade que separa, mas a uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras: cherokees, porto-riquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, povo, enfim, toda a trama complexa das vítimas da colonialidade de gênero. Atuando não como vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial. A coalizão é uma coalizão aberta, com uma intensa interação intercultural".

A questão reprodutiva passa a ser percebida como fator que tem impacto nas esferas política e econômica e na liberdade das mulheres, cujo prazer sexual tem também sido silenciado em favor de um sistema que as oprime e as cerceia de diversas maneiras conjuntas. O feminismo decolonial, conforme proposto por Lugones, implica reconhecer uma articulação entre trabalho, sexo e a colonialidade do poder, ou seja, pensar o controle sobre o sexo, seus recursos e produtos assim como o controle sobre o trabalho, que é a um só tempo racializado e generificado. Nesse sentido, "a raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas" (LUGONES, 2008, p.94). No caso de gênero, a autora ainda diz que este "(...) antecede as características biológicas e as preenche de significado" (*ibid*).

Este sistema de gênero, portanto, permeia tanto o controle da produção quanto do conhecimento e o acesso à autoridade política (e ao poder conforme entendido e vivenciado na esfera pública). Derivado do uso político eurocentrado feito destes mecanismos de controle, resultam implicações que devem ser nosso objeto de estudo com vistas à sua superação. Isso porque, embora a colonização tenha tido seu fim, a colonialidade do gênero permanece "na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial" (LUGONES, 2014, p.939).

Breny Mendoza (2014, p.33) argumenta que "as feministas latino-americanas (...) devem elaborar um pensamento pós-ocidental que articule e revele a forma que a colonialidade de gênero, raça, classe e sexualidade continuam determinando nossas sociedades e nosso pensamento, inclusive o feminista". Isso porque as ideias de gênero e raça foram e são fundamentais para a cidadania livre vivida pelo ocidente com o estabelecimento do capitalismo patriarcal racista e da democracia liberal, estabelecimento este que não teria se dado não fosse a colonização.

Além disso, as contradições internas das democracias capitalistas acabaram beneficiando as mulheres brancas da metrópole na medida em que obtiveram uma cota econômica e política do pacto social realizado entre os homens brancos. Entretanto, o avanço de seus direitos civis dependeu da superexploração das mulheres negras, latinas e indígenas dentro desses países, e das mulheres da periferia, atualmente abarcando as mulheres migrantes no contexto global (MENDOZA, 2014).

Uma das grandes questões em torno das diferentes opressões que operam em nossas sociedades é a atemporalidade atribuída a elas. O feminismo decolonial é trazido como um modo de superação da colonialidade de gênero, em que nos importa "compreender a opressão das mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo" (LUGONES, 2014, p.941).

O enfoque latino-americano possibilita às feministas decoloniais perceberem que a domesticação descrita anteriormente nesta seção não teve fim com a colonização (tal como as colonialidades): para Breny Mendoza (2014), a domesticação atualmente é percebida com os feminicídios, com o tráfico de mulheres pobres, o turismo sexual, a "maquilização" e feminização da indústria e a pobreza proveniente do capitalismo neoliberal. Esses exemplos estão todos estão atrelados, por um lado, à colonialidade do poder como uma complexa estrutura cujos níveis se entrelaçam por diversas formas de controle: da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (MIGNOLO, 2010) e, por outro, à interseccionalidade bem como às adaptações ocorridas neste sistema de opressão ao longo da história de modo a permitir sua continuidade.

Nesse sentido, tal enfoque oferece contribuições importantes para o campo das Relações Internacionais através da busca por localizar historicamente a construção do sistema de gênero moderno/colonial, além de propiciar o entendimento de dinâmicas da economia política internacional, como o neoliberalismo, e o impacto que as políticas dele provenientes possuem na corroboração deste sistema a partir do controle do gênero e da sexualidade. A próxima seção trará a teoria *queer* buscando estabelecer um diálogo entre o até então apresentado, com o intuito de trazer outros elementos acerca do controle do gênero e da sexualidade e contribuições para o entendimento das Relações Internacionais enquanto prática e academia.

TEORIA *QUEER* GLOBAL: Pela desnormatização dos corpos e das Relações Internacionais

Discorrer sobre feminismo é obviamente discorrer sobre mulheres, mas torna-se inevitável questionar-se de quais mulheres esse feminismo está se tratando. Muitos

dos discursos do cenário político global, principalmente no campo dos Direitos Humanos, adotam uma postura feminista universal, com sujeitos únicos – as mulheres – que devem ser tratados e pensados de maneira igualitária. Como já pode ser percebido, esse artigo não admite tal visão e preza pelo conceito da diversidade do gênero e, por conseguinte, de diversidade do próprio feminismo. Pensando-se em feminismos e na pluralidade do ser mulher esta seção busca colocar em debate também o lugar das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (LBT) nas Relações Internacionais através da Teoria *Queer*, a qual pode fornecer uma forma complementar de reflexão que amplie o escopo dos feminismos aqui em questão.

Faz-se importante pensar tais mulheres, pois elas são lidas de forma diferente pela sociedade e possuem uma vivência distinta das demais, estando, portanto, em lugares específicos dentro do sistema patriarcal. Estas mulheres, pela própria existência transgridem os padrões do patriarcado, ancorado na heterossexualidade e na cisgeneridade compulsória. Vale ressaltar que não é dizer que as mulheres heterossexuais e cisgênero não transgridam/possam transgredir as estruturas em suas performatividades, mas salienta-se aqui o não cumprimento inato das mulheres LBT das normas sociais específicas de sexualidade e identidade de gênero.

Pensando de forma ampla, entende-se que o patriarcado ao normalizar os corpos, oprime todos aqueles que destoarem da sua padronização. Assim, homens cisgênero homossexuais e bissexuais, também questionam e são oprimidos pelas estruturas normativas do patriarcado, porém, não fazem parte do sujeito político dos movimentos/estudos feminista, o qual é primordialmente protagonizado pelas mulheres. Os homens transexuais, entretanto, representam um objeto em debate nessa reflexão, pois apesar de se identificarem enquanto indivíduos do gênero masculino foram lidos pela sociedade enquanto mulheres ao longo de suas vidas e muitas vezes permanecem no imaginário social enquanto mulheres.

No campo teórico, a Teoria *Queer* nasce a fim de refletir as formas como as identidades de gênero e de sexualidade podem ser variáveis determinantes no estudo do poder e, consequentemente, da política. A palavra *queer*, na língua inglesa, significa estranho, bizarro, esquisito, anormal. Essa palavra foi usada por muitos anos nas sociedades anglófonas como forma pejorativa de se referir aos homossexuais, sendo substituída posteriormente pela palavra gay. Contudo, em 1990 a palavra *queer* volta ao uso, mas como forma de luta, ressignificada pelos movimentos que buscavam

ampliar as concepções identitárias sustentadas pelos movimentos gay e lésbico de até então. O *queer*, em primeira instância passou a ser um reclame em direção a um movimento de liberdade sexual que conseguisse abarcar as mais distintas identidades (transexuais, bissexuais, travestis, dentre outras), inclusive os diferentes tipos de gays e lésbicas que existem e que possam vir a existir (BORRILLO, 2011).

O primeiro uso acadêmico do termo Teoria *Queer* foi realizado em 1990, em um seminário, pela pesquisadora Teresa de Laurentis, que questionava as normas heterossexistas nas pesquisas sobre homossexualidade. Além das contribuições do feminismo que floresceram durante o século XX, a Teoria *Queer* é sustentada principalmente pelas contribuições de Derrida (1973) a respeito da metafísica ocidental binária e do conceito de desconstrução, e Foucault (1999), que argumenta que a sociedade está submetida a mecanismos de controle difundidos em todos os âmbitos da sociedade, os quais delimitam as possibilidades dos nossos corpos – as possibilidades da sexualidade – a fim de manter uma ordem vigente de controle do poder.

As obras de Butler (1990), Problemas de Gênero, e de Sedgwick (1990), Epistemologias do Armário, são consideradas pioneiras para a Teoria *Queer*. Segundo Warner (1993), essas autoras – e não somente elas, mas também Gayle Rubin, Adrienne Rich, Iris Marion Young, dentre outras – acrescentam que a superação da ordem opressora de gênero precisa necessariamente de uma mudança radical na concepção de sexualidade. Em direção a essa mudança, Butler (1990) traz o importante conceito da performatividade – o grupo de ações e símbolos que compõem a expressão externa de um corpo através de suas identificações de gênero e sexualidade – trazendo a concepção de que a mesma também é socialmente construída e não obedece a padrões determinados pelos órgãos sexuais do indivíduo, assim como o gênero e a sexualidade.

A crítica *queer* vem, portanto, questionar o dispositivo metafísico que subordina os sujeitos aos papéis e desejos sexuais normativos. Nas palavras de Borrillo (2011):

> O sexo, o gênero e a sexualidade retroalimentam-se, produzindo um dispositivo político que poderíamos resumir da seguinte maneira: a espécie humana está dividida em dois sexos (machos e fêmeas), os quais têm características próprias (o masculino e o feminino) que os fazem complementares uns aos outros (desejo heterossexual). Ao por em manifesto a dinâmica do dispositivo sexo-gênero-(hetero)sexualidade, a Teoría *Queer*

> permitiu pensar dito dispositivo político como um todo, sem isolar cada um de seus componentes (...) (BORRILLO, 2011, p.30, tradução nossa).

A década de 1990 e o contexto político, social e econômico trazidos por ela podem ser considerados um marco para toda a sociedade global e assim o é perante também os estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero, tal como em relação ao Movimento LGBTI e a promoção de direitos. Os principais elementos desse novo contexto foram a intensificação da globalização e o progresso da ideologia neoliberal enquanto projeto político, econômico e social global.

O recente fim da Guerra Fria abria espaço para a proliferação do neoliberalismo enquanto ideologia vencedora e única, fortalecendo na política global não só o discurso do livre mercado, mas também os ideais de democracia liberal ocidental que, por sua vez, fortaleceram o discurso de direitos humanos e do regime internacional de proteção aos direitos humanos. De acordo com Eng et al. (2005), as últimas décadas trouxeram uma crise global que reconfiguraram as relações históricas entre economias políticas, a geopolítica da guerra e do terror – fortalecimento do discurso antiterrorismo e a patologização do imigrante – e as manifestações nacionais das hierarquias sexuais, raciais e de gênero.

O novo contexto internacional levaria os Estudos *Queer*, que tradicionalmente questionam os mecanismos de normalização sexual e de gênero exercido pelo poder estatal, a ampliar o seu escopo de análise do poder. Esse foi um momento de transformação para tais estudos que tiveram que lidar com novas perguntas como “O que os estudos *queer* têm a dizer sobre império, globalização, neoliberalismo, soberania e terrorismo? O que os estudos *queer* pode nos dizer sobre imigração, cidadania, prisões, bem-estar, luto e direitos humanos?” (ENG et al., 2005, p.2, tradução nossa).

Weber (2014a) concorda que a ascensão do neoliberalismo, a guerra ao terror e a patologização dos imigrantes trouxeram condições para que os assuntos envolvendo orientação sexual e identidade de gênero não mais fossem temas domésticos das diferentes nações e que academia reagiu a esse movimento da história, transformando os Estudos *Queer* em Estudos *Queer* Globais. Os EQG, de forma geral, voltam-se para compreender e criticar como as subjetividades e práticas *queer* são disciplinadas, normalizadas ou capitalizada pelos Estados e suas relações,

pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), pelas instituições internacionais e pelas corporações internacionais (WEBER, 2014b).

Os Estudos *Queer* Globais fazem parte de uma proposta analítica em diferentes e complementares âmbitos das estruturas políticas, econômicas e sociais. Em primeira instância, questiona as normas estáticas do gênero, da sexualidade e da performatividade no nível individual, desestabilizando suas identidades tradicionais. Essa reflexão expande-se ao entendimento de que tais normas são mantidas por um dispositivo político social consolidado na aliança Estado-nação e Sistema Capitalista em prol da manutenção da ordem conservadora vigente e das classes privilegiadas no processo histórico. Por fim, a Teoria *Queer* é uma proposta também epistemológica, na qual são questionadas os formatos e sujeitos da ciência positivista de forma geral, assim como das Relações Internacionais especificamente.

POSSIBILIDADES E LIMITES: o diálogo entre Feminismo Decolonial e Teoria *Queer*

Pode-se pensar, em um primeiro momento, que a Teoria *Queer*, por ser originalmente de espaços centrais do globo, não fornece contribuições para localidades periféricas e não dialoga com a vertente decolonial - a qual também é necessariamente uma proposta que questiona as identidades individuais, as estruturas de poder político-sociais e os moldes da ciência moderna - porém, sob um olhar mais profundo percebem-se complementaridades relevantes entre as duas perspectivas. De acordo com Punt (2008), a principal intersecção entre as duas correntes "reside na preocupação para com as políticas de identidade, a respeito das categorias e instituições que o conhecimento e o poder geram, por meio dos quais a dinâmica social e as pessoas são estruturadas e reguladas." (PUNT, 2008, p.2, tradução nossa).

Assim como o pensamento decolonial, a Teoria *Queer* questiona os padrões considerados naturais, tradicionais ou estabelecidos a partir de uma visão marginalizada da ordem social. Ademais, a perspectiva também contesta o pensamento binário, e consequentemente hierarquizante, da sociedade moderna que determina os conceitos duais de identidade-diferença, civilizado-bárbaro, ordem-desordem, homem-mulher, heterossexual-homossexual. O *queer* inclui a noção da

possibilidade de todas as diferenças, inclusive a diferença da diferença, assim como o pós-colonialismo – nos moldes colocados por Bhabha – permite a acomodação de identidades múltiplas, mesmo que elas aparentem ser contraditórias. Ambas, portanto, opõem-se ao universalismo da linguagem moderna ocidental (PUNT, 2008).

Segato (2012), autora feminista decolonial, argumenta que a dicotomia do pensamento binário colonial/moderno resultou em uma heteronormatividade compulsória e na divisão de pessoas em somente homem ou mulher não apenas no mundo ocidental, mas também no mundo colonizado. Dessa forma, o processo de colonização impôs as normas de gênero e sexualidade europeias sobre sociedades do mundo tribal que anteriormente demonstravam a existência e a naturalidade com que eram vistas práticas transgêneras[9], "casamentos entre *pessoas que o Ocidente entende como do mesmo sexo* e outras transitividades de gênero bloqueadas [por esse sistema de gênero]" (SEGATO, 2012, p.117, grifos nossos).

Um dos exemplos mais relevantes da aproximação entre Feminismo Decolonial e Teoria *Queer* está nos estudos que se dedicam a questionar a forma como os Direitos Humanos são trabalhados no âmbito das organizações internacionais, nas redes transnacionais e na diplomacia. A agenda de Direitos Humanos, promovidas pelas democracias liberais centrais, tem como premissa a unidade do ator social, o que se faz incompatível com um movimento identitário como o feminista e LGBT, em permanente (re)construção de sua identidade. Além disso, o discurso propagado não condiz com uma perspectiva que permita a pluralização do conceito de mulheres.

Essa flexibilidade do ator não existe em um sistema liberal, pois, nele a identidade é fixa, dada, e cabe ao indivíduo elegê-la para si. Tem-se, portanto, um direito que se considera universal e que desconsidera diferenças culturais e socioeconômicas. Com isso tais normatizações apresentam-se de forma acrítica em relação às realidades locais e especificidades identitárias, mostrando-se disciplinário e racionalista ao admitir uma forma específica do que se pode considerar enquanto político, desconsiderando subjetividades e a complexidade dos diferentes conflitos.

[9] Isto é, de uma pessoa que não se identifica com o gênero a ela designado ao nascer. Nas sociedades ocidentais modernas, a relação é sempre direta: um homem é homem porque possui órgão reprodutor considerado pela biologia como sendo masculino, da mesma maneira que uma mulher é mulher porque possui órgão reprodutor considerado pela biologia como sendo feminino. Para mais, ver Butler (2003).

A crítica *queer* e decolonial reside no fato de que ao determinar a necessidade e importância das identidades sexuais e de gênero na busca por Direitos Humanos, as produções acadêmicas pautadas nos direitos humanos (globalizantes), reproduzem as normas binárias e hierarquizantes de sexualidade, identidade de gênero, raça e classe. A globalização e o discurso de Direitos Humanos exportam essa norma binária até mesmo para sociedades nas quais a categoria homossexual não existia (GROSS, 2013).

Por mais que tais mobilizações em torno do discurso de direitos humanos socializado pelo neoliberalismo acarretem em ganhos legislativos perante os governos e instituições internacionais, os direitos garantidos pelo formato atual são em sua essência heteronormativos, cisnormativos, patriarcais e de caráter coloniais, os quais tentam, através de uma política integracionista, garantir direitos que não superam as estruturas de poder existentes (GROSS, 2013). Além disso, argumenta-se que as divisões binárias heterossexual/homossexual e homem/mulher e suas hierarquias são sustentadas pela forma do Estado-nação, criado na Europa e imposto às demais localidades. O fim das divisões binárias de orientação sexual e identidade de gênero estaria vinculado ao fim do Estado-nação capitalista e vice-versa (PUNT, 2008; GROSS, 2013).

Apesar de todas as produções realizadas em temáticas características das RIs (ao menos aos olhos das RIs disciplinadoras), não existe uma Teoria *Queer* Global reconhecida enquanto teoria componente da academia de RI e isso se faz um problema de pesquisa importante para a temática de orientação sexual, identidade de gênero e, consequentemente para o feminismo. A proposta do *Queer* Global não é apenas a de ampliar aquilo que se entende por Relações Internacionais a fim de garantir espaço e legitimidade para seus objetos e agendas de estudos.

De acordo com Langlois (2016), os Estudos *Queer* não defendem somente que algumas lentes teóricas são úteis para se ver as políticas globais de sexualidade enquanto RIs, mas é também a defesa de que essas políticas de sexualidade e a Teoria *Queer* em si são lentes importantes para se observar o internacional, ou seja, para se fazer Teoria de Relações Internacionais. Para isso, como já observado, tanto Teoria *Queer*, quanto as leituras decoloniais somam forças ao grupo de teorias, denominadas pelas correntes tradicionais de reflexivistas, que criticam a lógica positivista racional das RIs e das ciências como um todo.

Ambas as vertentes aqui trazidas pretendem, portanto, exercer um papel de agente indisciplinador do que se entende por RIs. Em um possível diálogo, tanto o Feminismo Decolonial quanto a Teoria *Queer* reivindicam espaços a perspectivas de ciência desconsideradas pelas RIs disciplinadoras. Elas propõem estudos que aceitem a validade do pós-positivismo enquanto forma epistemológica e metodológica de se produzir ciência, que ao reivindicarem poder de fala na academia, questionem as hierarquias de poder que envolvem a produção científica e, principalmente, que permitam ao campo a incorporação de outros elementos analíticos – nesse caso gênero e sexualidade – no entendimento das relações entre os diversos possíveis atores locais, regionais e inter/transnacionais.

O que se propõe neste trabalho é que a Teoria *Queer* pode representar uma fonte importante para a inclusão das mulheres LBT nas discussões de política, feminismo e relações internacionais, e que um diálogo entre ela e a vertente decolonial tem a capacidade de ampliar ainda mais a interseccionalidade das diversas reflexões. Contudo, para esse diálogo se aprofundar é preciso que se supere as barreiras epistemológicas ainda existentes nos estudos *queer* que se mostram incoerentes com o feminismo decolonial.

Borba et al. (2014), organizaram um livro a fim de demonstrar como a Teoria *Queer* – massivamente oriunda do norte global e absorvida na maioria das vezes de forma pouco crítica pela periferia – apesar de questionar e desestabilizar as diversas dinâmicas e estruturas de poder que permeiam a sociedade, deixam de lado a importância da dinâmica da geopolítica do conhecimento, elemento caro para a Teoria Decolonial. De acordo Miskolci (2014), a Teoria *Queer* estadunidense, seguindo a lógica imperial de difusão de conhecimento, não dialoga com as produções *queer* do sul global, conservando-se em uma posição de privilégio na produção de conhecimento e invisibilizando vozes subalternizadas.

Algumas palavras e conceitos especificamente apresentam-se questionáveis em uma proposta de aproximação do *queer* com o decolonial, como a validade do uso da palavra “global” para denominar o escopo de análise que a teoria *queer* apresenta nas últimas décadas. Entendemos que a escolha do termo pode e deve ser problematizada quanto à ideia de generalização que o termo carrega, mas compreendemos que a ideia por trás da nomenclatura foi a de mostrar que a teoria

queer chegou a um momento de transbordamento das fronteiras tradicionais dos Estados-nação modernos e, por isso, tornou-se global.

O uso da palavra *queer* também é questionado. Isso ocorre porque, por ser em inglês, carrega consigo significados e subjetividades próprias, não condizentes com a realidade latina, além de fazer parte da dinâmica do conhecimento que privilegia a língua inglesa enquanto forma dominante de circulação da ciência. A fim de ressaltar a importância do desenvolvimento de uma epistemologia própria, Pelúcio (2014) ensaia a concepção de uma teoria latino-americana sob o nome de Teoria Cu. Resgatando o imaginário colonial dicotômico entre centro-periferia a autora recorre à expressão "cu do mundo", que está relacionada às regiões que não são centrais no globo, detentoras do desenvolvimento, da ciência e, em uma lógica binária, a cabeça do mundo. Além disso, para ela a palavra cu exerce a mesma função que o *queer* ao desestabilizar as normas sociais ressignificando uma palavra considerada imprópria, ofensiva, vulgar.

É preciso, portanto, que algumas reflexões sejam incorporadas às pesquisas *queer* a fim de ampliar a capacidade analítica dos Estudos *Queer* Globais no diálogo com as perspectivas decoloniais. Os acadêmicos precisam reconhecer que os Estados Unidos ocupa um lugar de privilégio no campo; que há um processo de racialização na produção e circulação de conhecimento no sul; e que o diálogo norte-sul deve ser feito de forma horizontal, reconhecendo-se também o sul enquanto produtor de conhecimento e não somente receptor (MISKOLCI, 2014). Para que isso aconteça, é preciso que a academia latino-americana explore de forma ativa as porosidades da geopolítica do conhecimento e desenvolva uma epistemologia própria e não-colonial a respeito das diferentes mulheres e sexualidades (PELÚCIO, 2014).

Para Garcia e Parker (2006), as mudanças devem se originar de baixo, partindo dos movimentos de base. Se a identidade é exigida para a promoção política, ela deve ser construída por um processo de autodeterminação e não a partir de atores não componentes da identidade. Gross (2013) ainda acrescenta que as leis internacionais necessitam de novas percepções sobre as identidades sexuais que subvertam a ordem vigente, analisando os contextos em que são produzidas e repensando os conceitos globalizados pelo colonialismo/imperialismo. De acordo com Punt (2008), é necessário para o Movimento LGBTI uma política que caminhe para a desconstrução

da sociedade heteronormativa, que só é possível através do questionamento do binarismo heterossexual/homossexual, atrelado às estruturas coloniais/modernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As RIs enquanto disciplina não está isenta da ideologia dominante sobre o conhecimento, a qual preserva e difunde uma lógica pautada no positivismo e seus desdobramentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, percebida na forma pela qual a disciplina se desenvolveu ao longo de sua história em busca de legitimidade enquanto campo autônomo de pesquisa. Nessa busca de autoafirmação, a defesa do positivismo e, consequentemente, do Realismo enquanto padrão de produção impediu que outras perspectivas - desviantes de suas normas de conhecimento - pudessem corroborar com interpretações para a área, perdendo a possibilidade de ampliar seu escopo analítico em prol de uma disciplina mais ampla.

O conhecimento, como ressaltado, de nenhuma forma se apresenta neutro, como defende o positivismo, fazendo também parte de uma lógica de disputa ideológica. Nesse sentido, é necessário discutir até que ponto a disciplina de Relações Internacionais está aberta para a inserção desses debates ou não se tornou outro espaço de subalternização e invisibilização tanto da temática quanto de seus sujeitos. A relação da disciplina com os EUA e os desdobramentos de poder de tal relação traz o debate de quais perguntas fazemos e como escolhemos respondê-las, e de quais perguntas deixamos de fazer.

A teoria decolonial retoma a questão da colonização por compreender que as colonialidades resultantes deste processo histórico se perpetuam e limitam as possibilidades de ser e estar no mundo por meio de um projeto imperial/patriarcal/racista/capitalista, em curso há mais de 500 anos. Assim, as colonialidades aparecem na teoria decolonial como parte do desvelar, nos possibilitando ter um outro olhar sobre a colonização, a América Latina contemporânea e as questões vividas por seus povos.

O feminismo, em toda a sua pluralidade e riqueza de pensamentos, tem se difundido na sociedade como um todo. De certa forma, isso requer uma adaptação da academia com vistas a pluralizar também os debates e os termos em que estes acontecem, permitindo que diferentes narrativas de diferentes localidades tenham voz

para contar suas próprias histórias. Além disso, a interseccionalidade aparece como uma forma de buscar compreender as opressões de gênero em suas diferentes faces: de raça/etnia, de classe, de diversidade sexual, sendo necessário para isso compreender o sistema capitalista-patriarcal, responsável não pela criação mas pela corroboração da subalternização de diversos sujeitos.

A fim de ampliar os feminismos em direção a inclusão das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais - cujas particularidades muitas vezes não são incluídas nos debates feministas - lançamos mão da Teoria *Queer* como forma de expandir as identidades de gênero e orientação sexual para além da norma hetero-cisgênera. Assim como a perspectiva decolonial, essa teoria vem descrever os dispositivos de dominação do poder sobre os corpos em um sistema que transpassa as fronteiras do Estado-nação. Pode-se perceber, portanto, que conexões entre Teoria *Queer* e Feminismo Decolonial são possíveis e que, apesar das críticas à Teoria *Queer* em relação a sua limitação em desestabilizar as normas de dominação da geopolítica do conhecimento, ambas contribuem para questionar e reformular a dinâmica hierárquica colocada pelo sistema capitalista global.

A pluralização do campo perpassa pelo fôlego acadêmico necessário para pensar os debates em novos termos, termos estes em que o pensamento dicotômico e o pensamento relacional possam oferecer visões diferentes sobre um mesmo tema e/ou sobre as dinâmicas das relações internacionais sem que isso signifique a desqualificação e silenciamento de um pelo outro. A análise do poder, tão cara às RIs, pode e precisa perpassar pela questão de sua presença pervasiva e seus efeitos complexos, tanto favorecendo quanto oprimindo, sendo essa também uma das contribuições do pós-positivismo ao campo (PETERSON, 1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BORBA et al. Introduction: A Queer Postcolonial Critique of (Queer) Knowledge Production and Activism. In: BORBA et al (orgs.). *Queering Praradigms IV:* South-north Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism. Bern: Peter Lang AG International Academics Publishers, 2014, p. 1-10.

BORRILLO, Daniel. Por una teoría queer del derecho de las personas y las familias.

Revista Direito, Estado e Sociedade, v. 2, n. 39, p. 27-51, 2014.

BUTLER, Judith. *Gender trouble:* Feminism and the Subversion of Identity. Nova York: Routledge, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Speech and phenomena, and other essays on Husserl's theory of signs*. Evanstone: Northwestern University Press, 1973.

ENG et al. Introduction: What is queer about queer studies now?. *Social Text,* v. 23, n. 3-4, p. 84-8, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GARCIA, Jonathan; PARKER, Richard. From Global Discourse To Local Action: The Makings Of A Sexual Rights Movement?. *Horizontes Antropológicos*, v.12, n. 26, p. 13-41, 2006.

GROSFOGUEL, Ramon. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os Quatro Genocídios/Epistemicídios do Longo Século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSS, Aeyal. Post/Colonial Queer Globalisation and International Human Rights: Images of LGBT Rights. *Jindal Global Law Review*, v. 4, n. 2, p. 98-130, 2013.

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANGLOIS, Anthony. International Relations Theory and Global Sexuality Politics. *Politics*, v. 36, n. 4, p. 385-399, 2016.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

_____. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MENDOZA, Breny. La Epistemología del Sur, la Colonialidad de Género y el Feminismo Latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (coord.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, p. 19-36, 2014.

MISKOLCI, Richard. Queering the Geopolitics of Knowledge. In: BORBA et al (orgs.). *Queering Praradigms IV: South-north Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism.* Bern: Peter Lang AG International Academics Publishers, 2014, p. 13-30.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In:

LANDER, E. (org) *La colonialidad del saber*: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, v. 44, n. 4, p. 549–557, 1992.

PETERSON, V. Spike. Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and International Relations. *Millenium*: Journal of International Studies, v. 21, n. 2, p. 183-206, 1992.

PELÚCIO, Larissa. Possible Appropriations and Necessary Provocations for a Teoria Cu. In: BORBA et al (orgs.). *Queering Paradigms IV:* South-north Dialogues on Queer Epistemologies, Embodiments and Activism. Bern: Peter Lang AG, International Academics Publishers, 2014, p. 31-51.

PUNT, Jeremy. Intersections in queer theory and postcolonial theory, and hermeneutical spin-offs. *The Bible and Critical Theory*, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

SEDGWICK, Eve. *Epistemology of the Closet.* Berkley: The University of California Publishers, 1990.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário descolonial. In: *e-cadernosces* [Online], v. 18, p. 106-131, 2012.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science?. *The British Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 3, p. 374-402, 2000.

TICKNER, Arlene B.; CEPEDA, Carolina; BERNAL, José Luis. Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina/Teaching, Research and International Policy (TRIP). *Latin America. Brazilian Journal of International Relations*, v. 2, n. 1, p. 05-47, 2013.

TRANSGENDER EUROPE. *Transgender Europe's Trans Murder Monitoring TDOR 2014 update*. 2014. Disponível em: <http://www.tgeu.org/sites/default/files/TMM-TDOR14-map-all.pdf> Acessado em 19 de maio de 2017.

VILLA, Rafael A. Duarte Villa, PIMENTA, Marilia Carolina B. de Souza. Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 261-288, 2017.

WÆVER, Ole. The Rise and Fall of the Inter-paradigm Debate. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. (Ed.) *International Theory*: Positivism and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (eds). *Indisciplinar las Ciencias Sociales*: Geopolíticas del Conocimiento y Colonialidad del Poder: Perspectivas Desde lo Andino. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar: Abya Yala, 2002.

WARNER, Michael et al. (Ed.). *Fear of a queer planet:* Queer politics and social theory. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.

WEBER, Cynthia. Why is there no queer international theory? *European Journal of International Relations*, v. 21, n. 1, p. 27-51, 2014a.

_____. From queer to queer IR. *International Studies Review*, v. 16, n. 4, p. 596-601, 2014b.

WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: BUTTERFIELD, H; WIGHT, M. (eds). *Diplomatic Investigations*. London: Allen and Unwin, 1966.

Recebido em 24 de abril de 2017.
Aprovado em 30 de agosto de 2017.